



EDUCAÇÃO PÚBLICA PARAENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Neli da Costa Mesquita¹
Terezinha Monteiro dos Santos²

Introdução

O mundo e, particularmente, o Brasil tem vivido em total ebulição desde o surgimento da pandemia da Covid-19³. No Brasil, os números são preocupantes e até 19 de maio já haviam sido notificados 265.896 casos e 17.840 óbitos e no Pará 17.177 e 1.554 óbitos.

Para Dardot e Laval (2020, p. 1), “A pandemia da Covid-19 é uma crise global, sanitária, econômica e social excepcional. Poucos acontecimentos históricos podem ser comparados a ela, pelo menos na escala das últimas décadas”, e está servindo para mostrar a situação de desigualdade social vivida pelo mundo e nos países periféricos como o Brasil.

Assim, diante dessa realidade conturbada e ainda em formação, torna-se imprescindível atentarmos imediatamente para as “repercussões na dinâmica global de acumulação de Capital” (HARVEY, 2020, p.02), que chegarão ao território brasileiro e é o alibi perfeito para que empresas privadas tenham ainda mais acesso ao dinheiro público, garantindo assim à burguesia brasileira as vantagens que sempre encontra em meio às crises naturais ou não.

¹Servidora da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA e Doutoranda da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: nelilogia@yahoo.com.br.

² Profa. Dra. Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: tefam@ufpa.br.

³A OMS emitiu o primeiro alerta para a doença em 31 de dezembro de 2019, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan, metrópole chinesa. A doença provocada pela variação originada na China foi nomeada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Covid-19, em 11 de fevereiro. Ainda não está claro como ocorreu a mutação que permitiu o surgimento do novo vírus. <http://www.tecno4.com.br/coronavirus-saiba-o-que-e-como-e-transmitido-e-ultimas-noticias/> Acesso em 06/04/2020.



Os efeitos econômicos desta crise perpassam por diferentes frentes e é certa uma grande recessão, haja vista que o Capital ao se reproduzir potencializa a destruição para então recriar novos nichos de exploração. É certa a polarização ainda maior entre ricos e pobres numa explosão de endividamento por parte destes.

Para Moschkovich (2020, p.14), “O que isso implica, na prática, é uma política de morte e de deixar morrer, deixar morrer, sempre, aqueles que menos importam para esses que fazem a gestão do Estado”. Quem são os que menos importam? São os que não têm o mínimo: comida, moradia, escola, trabalho, são os homossexuais, os negros, os deficientes, o índio, o velho.

Quanto à educação pública, o estrago pedagógico provocado pela pandemia que impôs o isolamento social, já saltam aos olhos, pois é notória a já histórica desigualdade dos Sistemas educacionais públicos no Brasil, o que requererá das Secretarias de Educação ações diferenciadas e contextualizadas.

No Pará, conforme os últimos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) comprovam a falência da educação pública, pois o Estado apresentou o pior resultado de proficiência em matemática e língua portuguesa.

Por conta desses resultados foi lançado em julho de 2019, o **Movimento Educa Pará: Todos Juntos pela garantia do direito de aprender** em substituição ao **Pacto pela Educação do Pará (2013)**, que visava promover a qualidade e expansão da educação do Pará. Ao tomarmos conhecimento dos últimos resultados do IDEB pudemos constatar que as metas e estratégias previstas no **Pacto pela Educação** não foram alcançadas.

Em janeiro de 2020, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), por intermédio da Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN), apresentou às escolas estaduais o *Caderno de Evidências Educacionais da Rede Estadual de Educação Básica do Pará*, cuja finalidade é disponibilizar para a Rede e o seu conjunto de escolas, um recorte das principais evidências educacionais produzidas no âmbito estadual e nacional, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão do grupo gestor da escola, quanto à elaboração de um diagnóstico consistente para que



o planejamento realizado possa se transformar em um Plano de Ação mais assertivo, frente aos desafios que se apresentam ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes paraenses da Educação Básica.

No entanto, as ações ficaram suspensas por conta da pandemia da Covid-19. Alguns especialistas⁴ alertam que tudo ficará mais difícil para a educação pública e, conseqüentemente, para crianças e jovens pobres que dependem unicamente deste Sistema e estarão mais sujeitos ainda à exclusão de toda ordem.

Assim, novas ações estão sendo tomadas pela Seduc, conforme medidas adotadas pelo Governo do Estado via Decreto nº 609 de 16 de março de 2020, que estabelece o fechamento de todas as escolas da rede pública, como, por exemplo, o projeto **“Todos em casa pela Educação”**, que tem por objetivo minimizar os efeitos da suspensão de aulas e manter alunos e professores em conexão, na perspectiva de amenizar o abandono escolar e, conseqüentemente, a distorção idade-série. Inferimos que tais ações serão extremamente prejudiciais para a maioria dos alunos que vivem em condições precárias e certamente não possuem conexão que lhes garantam a participação com qualidade nas aulas *online*, uma vez que, segundo o IBGE, em 2018, 998.634 paraenses viviam com menos de R\$ 145 por mês e 3.749.109, ou seja, 43% de paraenses constituem os pobres do Estado e 74% não tem acesso à internet (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa>).

Por causa dessa realidade e diante das incertezas que caracterizam o ano letivo de 2020, a Seduc antecipou os 30 dias de férias dos professores da rede, a partir de 22/04/2020, e prorrogou o fechamento das escolas por tempo indeterminado. Aos alunos da rede foi garantido Vale Alimentação no valor de R\$ 80,00, como reforço alimentar e nutricional, esta ação está em consonância ao Art. 4º inciso VIII da LDB de 1996 que prevê: “Atendimento ao educando,

⁴Ver nota do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica sobre a utilização da educação a distância adotada pelas redes de educação para manutenção do calendário escolar de 2020. Disponível em <https://neb.ufpa.br>. Ver Petição da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) protocolada em 18/03/2020 no Supremo Tribunal Federal.



em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1996).

As dificuldades e crises dos sistemas públicos de educação já resultam na realidade de diferentes histórias de exclusão para milhares de estudantes, principalmente, desde os anos de 1980, quando o neoliberalismo foi se impondo mundialmente e transformando o contexto educacional que passou a ser visto como novo nicho de gerar lucro. Nesse período, tivemos a elevação das taxas de acesso à escola como resposta às demandas da sociedade, mas não foram dadas as condições ao aluno de nela permanecer. Inferimos que não basta garantir a oferta de vagas, é necessário receber o aluno com infraestrutura adequada que lhe permita chegar e gostar de ficar na escola.

Para Freitas (2018, p. 31), “O neoliberalismo olha a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência”.

Ressaltamos que as iniciativas que estão sendo viabilizadas pela Seduc-PA, como as vídeo aulas, são para amenizar, conforme discurso oficial, os efeitos da suspensão das atividades do ano letivo, e por isso, não podem ocupar o lugar da educação escolar presencial. A igualdade de condições não está sendo garantida às crianças e jovens, e por isso, mais uma vez a exclusão digital está fortalecendo a exclusão social, daí porque não deve ser simplesmente acatada, pois desta forma estaremos todos compactuando com a negligência histórica que marca o destino de milhares de crianças e jovens que há muito têm tido suas demandas esquecidas.

Algumas considerações

Ao longo deste texto, procuramos visibilizar como a educação escolar pública paraense está sendo conduzida no contexto da pandemia da COVID 19. Aos profissionais da educação, pais e alunos fica a incerteza quanto ao ano letivo



de 2020, e somente uma certeza temos: a de que as múltiplas realidades brasileiras requerem firme diversidade de soluções por parte dos governantes.

No Pará, a rede estadual é composta por 566 mil alunos, matriculados em cerca de 900 escolas de ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional. Esse contingente está recluso em casa, em sua maioria, sem as condições necessárias para acompanhar as aulas do **Projeto Todos em casa pela Educação.**

O mundo está em profunda inquietação e as transformações se darão em várias frentes. A democracia sofre reveses e o Sistema Capital arrocha ainda mais o trabalhador e a educação pública.

Essa constatação nos aflige a todos, porque sabemos ser a educação um direito humano fundamental, mas o que temos cada vez mais é exclusão, precarização, desresponsabilização do Estado no atendimento das demandas e necessidades que realmente correspondem às das nossas crianças e jovens.

A pandemia realmente veio para todos, mas a segurança do isolamento e tratamento a questão estão sendo seletivos, privilegiando alguns em detrimento de milhões que não têm a mesma condição de proteção. O *apartheid* social fica mais evidente, mais escancarado. Daí ser imprescindível o controle social com a participação de todos e todas na vigilância dos recursos públicos para a educação. O setor privado está muito atento para tomar para si os recursos públicos, principalmente, nesse momento de pandemia da COVID 19, pois historicamente as crises continuam sendo um mal para o trabalhador e seus filhos, mas oportunidade de exploração para o Capital.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Sistema de Avaliação da Educação Básica-Saeb. Brasília, 2017.

DARDOT. Pierre. LAVAL, Christian. **A prova política da pandemia.** Publicado em 26/03/2020. [HTTPS://blogboitempo.com.br](https://blogboitempo.com.br).



FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. Publicado em 24 de março de 2020. <http://blogboitempo.com.br>

MOSCHKOVCH, Marília. **O mundo está queimando, o capital também, e isso é bom, mas não para vocês**. Blog Boitempo. Acesso em 27/03/2020. <HTTPS://blogboitempo.com.br>

PARÁ. **Secretaria de Estado de Educação**– Seduc. Decreto nº 609 de 16 de março de 2020. Determina a suspensão das aulas na rede pública e distribuição de Vale Alimentação para os alunos como enfrentamento à Pandemia do Corona Vírus COVID-19.

PARÁ. **Secretaria de Estado de Educação** – Seduc. Movimento Educa Pará: Todos Juntos pela garantia do direito de Aprender-2019.

PARÁ. **Secretaria de Estado de Educação**. Pacto Pela Educação do Pará. 2013.